

restrição à navegação ou se reduz os níveis atuais de geração. Dr. Demétrius, do Ministério da Integração Nacional colocou que no caso do uso da água é possível aprofundar o trabalho a fim de compartilhar os usos. Em seguida, o Presidente, Dr. Marcos Freitas apresentou o Dr. Guilherme Lima Paes, do Departamento de Hidrovias- MT, que falou sobre os procedimentos inter-relacionados ao uso de recursos hídricos, (Anexo 3), destacando que o Ministério dos Transportes não dá outorga mas apenas autoriza particulares a explorar o transporte hidroviário de competência da União. Após a realização dos debates, Dr. Marcos Freitas apresentou o Dr. Enéas Machado para apresentar os procedimentos relacionados a outorga no Estado do Paraná. Dr. Enéas comentou que o Estado do Paraná está reformulando o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e a SUDERHSA contratou uma consultoria para elaborar proposta de decreto sobre outorga no estado do Paraná. Apresentou o Dr. Carlos que fez a apresentação, (Anexo 4), sobre a proposta de decreto. Após debates foi solicitada uma pausa para almoço. No retorno, a relatora assumiu a coordenação da Reunião e apresentou o Dr. Roberto Monteiro que fez a apresentação sobre os procedimentos de outorga na Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Dr. Roberto enfocou principalmente a questão de regulação de procedimentos. Após os debates, os membros da Câmara Técnica acordaram a transferência da apresentação do IBAMA para a 3ª Reunião desta Câmara Técnica e incluídas as apresentações dos procedimentos de integração de ações de outorga e regulação pelo DNPM, dos Estados de Minas Gerais, Ceará e Bahia e a data será no dia 19/09/2000 com início previsto às 10:00 hs e término às 17:00 hs, cuja pauta seria:

1 – Abertura;

2 – Leitura e aprovação das Atas da 1ª e 2ª reuniões;

3 – Apresentação dos procedimentos inter-relacionados a outorga:

- IBAMA;
- DNPM;
- Estado de Minas Gerais;
- Estado do Ceará;
- Estado da Bahia.

4 – Análise da Proposta de Resolução de Diretrizes para Outorga, em tramitação na Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais;

5 – Plano de Trabalho;

6 – Assuntos Gerais.

Marcos Freitas
Presidente

Diane Mara F. Varanda Rangel
Relatora

trabalhar emperrando o cotidiano da Agência Nacional de Águas – ANA. Dr. Roberto Monteiro discordou e enfatizou que o papel desta Câmara Técnica é discutir e propor as grandes diretrizes relacionadas às competências desta Câmara e às questões direcionadas pelo CNRH. Dr. Roberto Monteiro falou da experiência do CONAMA e que os Conselhos Nacionais não trabalham nos procedimentos mais comuns do dia a dia mas sim em critérios e diretrizes nacionais. Dra. Leila reforçou a fala do Dr. Roberto Monteiro dizendo que uma resolução do CNRH não é uma Instrução Normativa mas trata de critérios gerais e diretrizes que sirvam a toda a Nação. Dr. Marcos colocou que há apenas diferença de discurso mas que não existem diferenças conceituais básicas, portanto passou para o próximo ponto da pauta. Dr. Marcos apresentou a Dra. Leila que fez a apresentação dos procedimentos inter-relacionados a outorga no Estado de São Paulo. Após a apresentação, dando seguimento a pauta, Dr. Marcos apresentou o Dr. Diógenes Mortari que fez a apresentação de procedimentos inter-relacionados a outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Anexo 1). Após a apresentação, Dr. Diógenes colocou que é necessário discutir e instrumentalizar o setor de energia quanto à outorga prévia, se esta é no fim do inventário ou do estudo de viabilidade. Questionou também, se a outorga (definitiva) é à época do projeto básico ou na fase executiva. Dra. Martha complementou apresentando uma figura que mostra o grau de articulação (meio ambiente, recursos hídricos e setor elétrico) ao longo do processo de estudo de uma usina hidrelétrica (Anexo 2). Na sequência comentou sobre o entendimento de que a outorga preventiva não vale para o setor elétrico. Esses dois assuntos foram encaminhados ao MMA e MME junto com as questões relacionadas ao PL de criação da ANA, em janeiro, comentando que a COPEL está aberta a comentários à respeito. Dr. Roberto Monteiro colocou que pelo entendimento dele, pela Lei da ANA, a reserva hídrica é para o setor elétrico. A Dra. Martha comentou que falta uma definição que tipo de outorga será dada ao usuário do setor de hidreletricidade, após a aprovação do estudo de inventário e viabilidade. Comentou ainda que o estudo do inventário deve ser internalizado no Plano de Bacia. Dr. Antônio Martins questionou a diferença entre a outorga preventiva e a reserva de disponibilidade hídrica. Dr. Marcos colocou que foi criada a figura de reserva de disponibilidade hídrica para que não haja dupla outorga. Dra. Leila comentou que no final vai haver a dupla outorga mesmo, uma para geração e outra pelo uso, mas a regulamentação é que irá definir a diferença porque a função será a mesma. Dr. Roberto Monteiro colocou que ao trabalharmos a Resolução de diretrizes para outorga poder-se-ia analisar as inter-relações. Dr. Alex (SRH-BA), falou que o processo de gestão dos recursos hídricos tem três instâncias: Política, Planejamento e Gerenciamento. Dentro dos Planos (Planejamento) deve-se considerar os princípios da política. Neste ponto deve haver uma articulação da ANEEL com os Estados e União solicitando que se considere nos planos as reservas para geração, se for o caso. Dr. Roberto Monteiro comentou que serão os planos da bacia o instrumento que irá internalizar os usos e planos de desenvolvimento e que, ao ser aprovado, estará estabelecido o pacto social. Dr. Diógenes questionou como irá licitar as usinas em bacias que não têm planos de bacia prontos. Dr. Roberto Monteiro informou que a forma de trabalhar será considerar todos usos implantados e previstos na bacia e consultar ao comitê da respectiva bacia ou ao órgão gestor da área de influência do projeto. O Conselheiro Di Bella colocou que está se falando muito na fase de planejamento mas os conflitos estão ocorrendo *a posteriori*, pois há problema de gerenciamento das vazões mínimas para garantir o transporte hidroviário. Dr. Diógenes comentou que estamos enfrentando uma fase em que se torna necessário discutir a manutenção da geração de energia nos níveis atuais de produção e aí haverá

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 11/08/2000 **Início:** 10:15 horas **Término:** 17:43 horas

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes - Representantes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br) e Rosângela Lago (rosangelalago@aneel.gov.br)
Conselho Estadual Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejanebs@zaz.com.br)
Conselho Estadual de São Paulo - Representante : Leila Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Setor Hidroviário – ABANI: José Di Bella Filho (dibella@ulbra-to.br)
ANEEL: Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas (mfreitas@aneel.gov.br) e Diógenes Mortari (representando Dra. Rosângela Lago) (diogenes@aneel.gov.br)
Conselho Estadual Região Sudeste - Representante: Leila Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Demétrios Christofidis (dchristofidis@bol.com.br)
Leonardo Mitre Alvim de Castro (leonardo@igam.mg.gov.br)
Antônio Martins da Costa (martins@srh.ce.gov.br)
Secretaria de Infra-estrutura – SRH/BA : Alex Gama de Santana (alex@srh.ba.gov.br)
Wilson Fernandes de Paula – ANEEL – SPH (wilson@aneel.gov.br)
Diogenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
Carlos Alberto A. O. Pereira (cobrspe@dialalata.com.br)
Enéas Souza Machado (eneas@pr.gov.br)
Simone K. Sabbag (ssabbag@sede.ibama.gov.br)
Derlei L. Rosado (lderlei@sede.ibama.gov.br)
Carlos Rodrigues da Costa - DNPM (dagomea@dnpm.gov.br)
Maria Salete Gobalchini - FEPAM/RS (msalete@postoweb.com.br)
Luiz de Sousa Cavalcanti (luiz.cavalcanti@transportes.gov.br)
Maria Bebiana Castanho – MT / STA / DHI (mauri.lima@transportes.gov.br)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Carlos Oiti Berbem (oiti@cnpq.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo: Anicia Aparecida Pio(apio@sp.gov.br)
Ministério da Fazenda: (maufleury@fazenda.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: Benedito E. Barbosa Pereira (bebarbos.tln@terra.com.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Martha Von Borstel Sugai (martha@mail.copel.br)
Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal: Érico Vieira (dolabell@brnet.com.br)
Jerson Kelman – MMA (kelman@planalto.gov.br)

RELATORA:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel - SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr. Marcos Freitas abriu a reunião agradecendo a presença de todos. A seguir questionou se havia proposta de inversão de pauta. Não havendo, passou a leitura da Ata da 1ª Reunião, na qual foram realizadas as correções. Entretanto a aprovação ficou para a próxima reunião com o texto corrigido. Dr. Marcos destacou que esta Câmara deve ter o cuidado de não